



Recíproca Assistência

Demonstrações Contábeis
Em 31 de dezembro de 2025



CARTA PATENTE - SUSEP
Nº 006

RECÍPROCA ASSISTÊNCIA

PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

==== Fundada em 25/01/45 – CNPJ 34.115.683/0001-44 ====

Rua da Quitanda, 30, 13º andar, Centro, CEP 20011-030, Rio de Janeiro, RJ
Tels.: (21) 2509-3573 e 0800-282-4221, E-mail: ra@reciproca.com.br

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresentamos o Relatório da Administração e as demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 da **Recíproca Assistência**, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às sociedades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, acompanhadas do Parecer do Auditor Atuarial Independente, do RAI - Relatório dos Auditores Independentes e do Parecer do Conselho Fiscal. Em atendimento ao artigo nº 117 da Circular SUSEP nº 648/2021 e alterações posteriores, apresentamos as seguintes informações:

- **Política de reinvestimento de superávit e política de distribuição de dividendos:**

Nossa política de reinvestimento de superávits é de incrementar os ativos garantidores das provisões técnicas da Entidade, que montam em R\$ R\$ 7.558.085 (R\$ 8.468.740 em 31.12.2024), e, considerando que a Recíproca Assistência é uma entidade aberta de previdência complementar, sem fins lucrativos, e, por este motivo não é aplicável a existência de política de distribuição de dividendos.

- **Negócios sociais e principais fatos internos e/ou externos que tiveram influência no desempenho da supervisionada e/ou no resultado do exercício**

Em relação aos negócios sociais, se constituíram principalmente nas operações de: **(I)** planos de previdência complementar voltados para atender todas as classes sociais; e **(II)** assistência financeira aos participantes ativos. No exercício de 2025 foi apurado um superávit no montante de R\$ 8.045.512 (R\$ 4.029.819 em 2024), o qual deve-se principalmente a variação entre os indexadores das: **(I)** nossas aplicações financeiras através do CDI de 14,32% (10,88% em 2024); e **(II)** das nossas provisões técnicas através do IGPM -1,05% (IGPM de 6,54% em 2024), gerando um resultado financeiro de R\$ 7.333.006 (R\$ 4.501.584 em 2024).

- **Declaração sobre a capacidade financeira**

Na posição de 31.12.2025: **(I)** o Patrimônio líquido ajustado (PLA) no montante de R\$ 62.229.861 (R\$ 52.334.314 em 2024) apresenta suficiência em relação ao Capital mínimo requerido (CMR) de 481% (454% em 2024); e **(II)** os ativos vinculados totalizam R\$ 63.295.963 (R\$ 54.913.475 em 2024) sendo superiores ao montante das Provisões técnicas constituídas de R\$ 7.558.085 (R\$ 8.468.740 em 2024).

Rio de Janeiro, 27 de fevereiro de 2026.

Reciproca Assistência
A Administração

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos administradores da
Recíproca Assistência
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Recíproca Assistência (Entidade), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Recíproca Assistência em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis as entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis.

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações contábeis como um todo e na formação da nossa opinião.
- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações contábeis. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações contábeis: *(i)* possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Entidade e a disposição para analisar as informações das demonstrações contábeis com diligência razoável; *(ii)* entendem que as demonstrações contábeis são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; *(iii)* reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e *(iv)* tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações contábeis.
- Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: *(a)* a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; *(b)* a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e *(c)* a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.
- A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações contábeis como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações contábeis como um todo, para reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações contábeis como um todo.
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 27 de fevereiro de 2026.

DELSON NEI

SANTANA:80080

324800

Assinado de forma digital
por DELSON NEI
SANTANA:80080324800
Dados: 2026.02.27 11:08:51
-03'00'

dns - Auditoria e Consultoria

CRC/RJ n° 1.824

Delson Nei Santana

Contador CRC/RJ n° 050.301/O-4

CNAI n° 581

dns - Auditoria e Consultoria

Rua Uruguaiana, 10 - Conj. 2006 - Centro - CEP 20050-090 - Rio de Janeiro - RJ - Tel.: (021) 2509-1665 - 99768-5901 - e-mail: dnsauditor@hotmail.com

Reciproca Assistencial**Balço patrimonial em**

(Valores expressos em reais)

ATIVO	Nota Explicativa	31.12.2025	31.12.2024
Circulante		63.014.497	55.102.781
Disponibilidades		542.814	391.003
Caixa e bancos		542.814	391.003
Aplicações	5	57.976.884	50.253.484
Créditos das operações de previdência	6	2.194.926	2.041.345
Títulos e créditos a receber		2.286.977	2.402.325
Assistência financeira a participantes	4e	2.046.262	2.088.535
Títulos e créditos a receber	7b	13.357	13.357
Depósitos judiciais e fiscais	7c	156.069	222.212
Outros créditos	7d	71.289	78.221
Despesas antecipadas		12.896	14.624
Não circulante		15.730.523	15.380.161
Realizável a longo prazo		8.143.366	7.289.698
Aplicações	5	6.403.726	5.579.554
Títulos e créditos a receber		1.739.640	1.710.144
Assistência financeira a participantes	4e	1.739.640	1.710.144
Investimentos	8a	7.040.119	7.487.997
Imóveis destinados à renda		7.040.119	7.487.997
Imobilizado	9a	547.038	602.466
Imóveis de uso próprio		418.411	442.084
Bens móveis e outros		128.627	160.382
Total do Ativo		78.745.020	70.482.942

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Reciproca Assistencial**Balço patrimonial em**

(Valores expressos em reais)

PASSIVO	Nota Explicativa	31.12.2025	31.12.2024
Circulante		4.454.371	4.924.328
Contas a pagar		399.016	429.982
Obrigações a pagar - fornecedores	10a	77.900	131.561
Impostos e encargos sociais a recolher	10b	146.841	128.579
Encargos trabalhistas	10c	146.719	156.458
Impostos e contribuições	10d	27.556	13.384
Débitos de operações com previdência complementar	11	791.969	733.168
Contribuições a restituir		586.714	552.629
Outros débitos operacionais		205.255	180.539
Dépositos de terceiros	12	192.630	64.046
Provisões técnicas	13	3.070.756	3.697.132
Planos bloqueados		712.677	1.128.429
Planos não bloqueados		2.358.079	2.568.703
Não circulante		7.011.303	7.148.952
Provisões técnicas	13	4.487.329	4.771.608
Planos bloqueados		37.712	63.699
Planos não bloqueados		4.449.617	4.707.909
Outros débitos		2.523.974	2.377.344
Provisões judiciais	14	2.523.974	2.377.344
Patrimônio líquido		67.279.346	58.409.662
Reserva patrimoniais		1.724.645	1.724.645
Reserva de reavaliação de imóveis		959.556	1.092.851
Reserva de retenção de superávit		1.380.065	1.607.492
Ajustes com títulos e valores mobiliários		5.842.777	5.018.605
Superávit acumulado		57.372.303	48.966.069
Total do Passivo		78.745.020	70.482.942

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Reciproca Assistencial
Demonstração do resultado do exercício em
 (Valores expressos em reais)

	Nota Explicativa	31.12.2025	31.12.2024
Rendas de contribuições retidas - planos de renda		264	611
Varição da provisão de benefícios a conceder		(53.175)	(55.025)
Receitas de contribuições e prêmios		(52.911)	(54.414)
Varição de outras provisões técnicas		92.658	29.990
Benefícios retidos		(4.052.348)	(4.332.679)
Contribuições para cobertura de riscos		13.659.293	13.618.415
Varição das provisões técnicas de prêmios		(117.098)	(240.536)
Pêmios ganhos		13.542.195	13.377.879
Sinistros ocorridos		668.013	(161.117)
Custos de aquisição	19	(588.853)	(582.587)
Outras receitas e despesas operacionais	19	(22.874)	(133.454)
Despesas administrativas	19	(8.393.222)	(8.268.503)
Despesas com tributos	19	(565.377)	(454.221)
Resultado financeiro	19	7.333.006	4.501.584
Resultado patrimonial	19	85.224	107.341
Resultado operacional		8.045.512	4.029.819
Ganhos (perdas) com ativos não correntes		-	-
Superávit do exercício		8.045.512	4.029.819

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Reciproca Assistencial
Demonstração do resultado abrangente em
 (Valores expressos em reais)

	Nota Explicativa	31.12.2025	31.12.2024
Superávit líquido do exercício		8.045.512	4.029.819
Outros componentes do resultado abrangente:			
Realização da reserva de reavaliação	21	133.295	133.295
Ajuste com títulos e valores mobiliários	4c	(824.172)	1.035.346
Outros componentes do resultado abrangente		(690.877)	1.168.641
Total do resultado abrangente do exercício		7.354.635	5.198.460

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

dns - Auditoria e Consultoria

Reciproca Assistencial**Demonstração das mutações do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2025**

(Valores expressos em reais)

Descrição	Reserva patrimonial	Reserva de reavaliação de imóveis	Reserva de retenção de superávits	Ajustes com títulos e valores mobiliários	Superávits (Déficits) acumulados	Total
Patrimônio líquido em 31.12.2023	1.724.645	1.226.146	1.607.498	6.053.951	44.802.949	55.415.189
Realização da reserva de reavaliação	-	(133.295)	-	-	133.295	-
Reservas para Contingências de Benefícios	-	-	(6)	-	6	-
Valorização de títulos mobiliários	-	-	-	(1.035.346)	-	(1.035.346)
Superávit do exercício	-	-	-	-	4.029.819	4.029.819
Patrimônio líquido em 31.12.2024	1.724.645	1.092.851	1.607.492	5.018.605	48.966.069	58.409.662
Mutações	-	(133.295)	(6)	(1.035.346)	4.163.120	2.994.473
Patrimônio líquido em 31.12.2024	1.724.645	1.092.851	1.607.492	5.018.605	48.966.069	58.409.662
Realização da reserva de reavaliação	-	(133.295)	-	-	133.295	-
Reservas para Contingências de Benefícios	-	-	(227.427)	-	227.427	-
Valorização de títulos mobiliários	-	-	-	824.172	-	824.172
Superávit do exercício	-	-	-	-	8.045.512	8.045.512
Patrimônio líquido em 31.12.2025	1.724.645	959.556	1.380.065	5.842.777	57.372.303	67.279.346
Mutações	-	(133.295)	(227.427)	824.172	8.406.234	8.869.684

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Reciproca Assistencial**Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto em:**

(Valores expressos em reais)

	31.12.2025	31.12.2024
Superávit do exercício	8.045.512	4.029.819
Depreciação de imóveis para renda	494.878	477.847
Depreciações e amortizações de bens do imobilizado	76.025	105.775
Ajustes de títulos e valores mobiliários	824.172	(1.035.346)
Resultado ajustado	9.440.587	3.578.095
Atividades operacionais		
Redução (aumento) nos ativos:		
Aplicações	(8.547.571)	(3.938.244)
Créditos das operações de previdência	(153.581)	35.062
Títulos e créditos a receber	85.851	(116.836)
Despesas antecipadas	1.729	(8.201)
Aumento (redução) nos passivos:		
Contas a pagar	(30.967)	112.474
Débitos de operações com previdência	58.801	78.944
Depósitos de terceiros	128.583	13.900
Provisões técnicas	(910.654)	241.291
Provisão para contingências	146.630	138.111
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	219.408	134.596
Atividades de investimento		
Pagamento pela compra de imobilizado	(20.597)	(30.873)
Pagamento de benfeitorias em imóveis de renda	(47.000)	(37.827)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(67.597)	(68.700)
Aumento (Redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	151.811	65.896
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	391.003	325.107
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	542.814	391.003

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Recíproca Assistência

Notas explicativas as demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025

(Em reais)

01 - Contexto operacional

A **Recíproca Assistência** é uma Entidade Aberta de Previdência Complementar sem fins lucrativos, com sede a Rua da Quitanda, 30 - 13º andar – Centro – CEP 20.011-030 - Rio de Janeiro – RJ, sua gestão é exercida por diretores eleitos dentre os associados controladores, oriundo do quadro de participantes, tendo por objetivo operacional a instituição, operação e manutenção de planos previdenciários nas modalidades de pecúlio e renda, em todo o território nacional, conforme autorização da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, operando basicamente com planos de: Pecúlio/RS, Pecúlio/CAP, Pensão/RCC e Rendas/CAP (Certa, Temporária e Vitalícia), e administra ainda um plano de Pecúlio/RS Bloqueado.

02 - Critérios de gerenciamento de riscos

A gestão de riscos é adotada pela Entidade segundo normas aprovadas pela diretoria executiva, consubstanciadas nos manuais de controles internos elaborados para cada finalidade, no constante desafio de manter a solidez dos planos de benefícios, dos fluxos de caixa, gestão de pessoas e sistemas informatizados. Os principais riscos são classificados a seguir:

- **Risco de liquidez** - A fim de honrar os compromissos financeiros (despesas gerais e pagamento de benefícios), a Entidade procura aplicar seus recursos em títulos de liquidez imediata, evitando perda financeira no caso de eventual antecipação de resgates.
- **Risco de mercado** - Visando minimizar os riscos de suas aplicações financeiras, a Entidade aplica seus recursos em ativos de renda fixa, adquirindo títulos emitidos por instituições de reconhecida solidez no mercado. Mantém, ainda, aplicações em títulos públicos, que estão entre os investimentos considerados de menor risco, sendo a capacidade financeira da Entidade caracterizada pela disponibilidade de provisões técnicas e exigíveis em prazo igual ou superior às datas de vencimento dos títulos que integram sua carteira.
- **Risco de crédito** - A Entidade adota os seguintes critérios: os ativos devem ser adquiridos apenas de instituições classificadas como baixo ou médio risco de crédito, no curto e longo prazo, conforme avaliação mínima efetuada por agência de classificação de risco, observando limitações para ativos aplicados nessas instituições. Os limites de inadimplência da carteira de empréstimos de assistência financeira a participantes são permanentemente monitorados.
- **Risco de subscrição** - Possibilidade de ocorrência de perdas que contrariem as expectativas associadas, diretamente ou indiretamente, às bases técnicas utilizadas para cálculo de contribuições e provisões técnicas.
- **Risco operacional** - Com o intuito de evitar falhas nos processos administrativos, operacionais e tecnológicos, a Entidade mantém constantemente atualizados os manuais de controles internos, submetendo-os sempre à auditoria interna para revisão. Os ajustes que se fizerem necessários são prontamente efetuados, para o bom andamento das rotinas.

03 - Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis são de responsabilidade da sua administração e foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, as normas do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, regulamentadas por instruções da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, quando referendados pela SUSEP e estão sendo apresentadas comparativamente com as demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

04 - Resumo das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas pela Entidade são as seguintes:

a) Critério para o reconhecimento de receitas e despesas

As receitas e despesas são reconhecidas segundo o regime de competência

b) Avaliação de ativos e passivos

Os ativos e passivos circulantes estão demonstrados aos valores de realização e ou de exigibilidade, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e encargos correspondentes. Os valores realizáveis ou exigíveis no curso do exercício subsequente estão classificados como ativos e passivos circulantes.

c) Aplicações

Classificadas na categoria “Títulos disponíveis para venda”, representadas por: (I) Títulos de renda fixa - Ativo circulante, demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do exercício; e (II) As ações, apresentadas sob a rubrica Títulos de renda variável no Realizável a longo prazo - Ativo não circulante, estão avaliadas ao valor de mercado, sendo as variações reconhecidas na rubrica Ajustes com títulos e valores mobiliários no Patrimônio Líquido.

d) Créditos das operações de previdência

A contribuições são reconhecidas pela emissão e/ou vigência do risco, o que ocorrer primeiro.

e) Títulos e Créditos a receber

Reconhecidos pelo respectivo valor principal, exceto a Assistência financeira a participantes que se encontra acrescida dos juros pré-fixados de competência de períodos futuros, demonstrados como redução dos ativos correspondentes, na rubrica “Receitas a apropriar”.

f) Investimentos e imobilizado

Demonstrados ao custo de aquisição, exceto quanto aos imóveis, que são demonstrados ao valor de reavaliação efetuada em dezembro de 2005, e, no caso de imóvel rural, o valor daquela reavaliação acrescido dos montantes das benfeitorias realizadas e dos adiantamentos para realização de benfeitorias. Os investimentos referem-se aos imóveis destinados à renda. A depreciação é calculada e reconhecida mensalmente, através do método linear com base nas taxas anuais, a saber: Edificações 4%, Móveis, máquinas e utensílios 10%, Veículos e Equipamentos de processamento de dados 20%, tomando como base a vida útil-econômica dos bens.

g) Avaliação do valor recuperável de ativos (teste de “impairment”)

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido de seus principais ativos, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2025, nossa revisão revelou que os principais ativos da Entidade estão avaliados a valor justo, não havendo, portanto, necessidade de constituição de provisão para deterioração.

h) Encargos trabalhistas

Constituída pela provisão para férias, mensurada e reconhecida mensalmente com base nos vencimentos vigentes à época, demonstrando as obrigações decorrentes dos direitos adquiridos pelos colaboradores, acrescido dos respectivos encargos sociais.

i) Provisões técnicas

As Provisões Técnicas são constituídas em conformidade com as normas da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), especialmente a Circular SUSEP nº 648/2021, e alterações, que estabelece os critérios para constituição das provisões. As provisões técnicas são apuradas mediante a aplicação de fórmulas matemáticas, elaboradas por atuário independente e fundamentadas em notas técnicas aprovadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep), considerando os planos atualmente em vigor.

As tábuas biométricas utilizadas para os cálculos são a “CSO-58”, aplicada aos planos de pecúlio, e a “AT-49”, aplicada aos planos de renda. O detalhamento do cálculo das provisões técnicas encontra-se demonstrado no relatório da auditoria atuarial. A Provisão de sinistros a liquidar (PSL) é constituída para a cobertura de valores a liquidar relativos a sinistros avisados até a data-base de cálculo, englobando sinistros administrativos e judiciais. O modelo prevê critério para o ajuste de IBNER; a Provisão de sinistros ocorridos, mas não avisados (IBNR), tem como objetivo cobrir valores esperados a liquidar referentes a sinistros que ocorreram, mas não foram avisados até a data-base de cálculo. A IBNR de alguns planos é baseada na utilização de triângulos de Run-off e de outros planos na aplicação de percentuais sobre contribuições ou benefícios de um determinado período, cujo saldo final entre administrativo e judicial é feita pela proporção do saldo da PSL. A Provisão de despesas relacionadas (PDR/PDC) é constituída para cobrir os valores esperados relativos a despesas de liquidação de indenizações ou benefícios, decorrentes de sinistros ocorridos, sejam eles avisados ou não, sendo a PDR para planos em repartição simples e a PDC para planos em repartição e capitais de cobertura e capitalização; a Provisão de resgate e outros valores a regularizar (PVR) abrange os valores de contribuições/resgates requeridos e que porventura não tenham sido quitados até o final de cada mês; a Provisão complementar de cobertura (PCC) é constituída quando há constatação de insuficiência nas provisões técnicas, conforme apurado no Teste de Adequação de Passivo (TAP); a Provisão matemática de benefícios concedidos (PMBC) é constituída após a ocorrência do evento gerador do benefício, para a cobertura dos compromissos assumidos com os participantes em relação às rendas a vencer. O cálculo dessa provisão segue a metodologia constante na nota técnica atuarial; e a Provisão matemática de benefícios a conceder (PMBAC) é constituída para garantir benefícios futuros, como rendas e pecúlios, sob o regime financeiro de capitalização, sendo seu cálculo também realizado conforme metodologia definida na nota técnica atuarial.

j) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em reais que é a moeda funcional da Entidade, e também a sua moeda de apresentação.

k) Uso de estimativas e julgamento

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade requer o uso de certas estimativas contábeis, e, também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia, no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis estão divulgadas nas notas explicativas, a seguir:

- Nota 4 “h” e 14 - Encargos trabalhista;
- Nota 13 - Provisões técnicas - Previdência complementar; e
- Nota 14 - Outros débitos.

05 - Aplicações

2025					
Composição	Vencimento	Taxa de juros	Valor de aquisição / aplicação	Valor justo / mercado	% Aplicado
Ativo circulante			17.404.783	57.976.884	90,05%
Títulos de renda fixa			18.114.303	23.087.752	35,86%
Títulos de renda fixa - públicos:			11.604.783	16.305.699	25,33%
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	01/09/2026	Taxa Selic	11.604.783	16.307.934	25,33%
Redução ao valor recuperável			0	-2.235	0,00%
Títulos de renda fixa - privados:			5.800.000	6.782.053	10,53%
CDB	20/05/2026	100% CDI	1.250.000	1.504.432	2,34%
CDB	24/04/2028	94% CDI	1.550.000	3.569.466	5,54%
CDB	23/08/2026	102% CDI	3.000.000	1.708.155	2,65%
Quotas de fundos de investimentos			0	34.889.132	54,19%
Fundos de investimentos – exclusivos			0	34.860.121	54,15%
Fundos de investimentos- não exclusivos			0	29.011	0,05%
Ativo não circulante			759.520	6.403.726	9,95%
Títulos disponível para venda			759.520	6.403.726	9,95%
Títulos de renda variável			759.520	6.403.726	9,95%
Ações de empresas de capital aberto			759.520	6.403.726	9,95%
Total das aplicações			18.163.983	64.380.610	100,00%

2024					
Composição	Vencimento	Taxa de juros	Valor de aquisição / aplicação	Valor justo / mercado	% Aplicado
Ativo circulante			17.054.783	50.253.484	87,25%
Títulos de renda fixa			17.054.783	20.143.381	34,79%
Títulos de renda fixa - públicos:			11.604.783	14.236.669	24,70%
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	01/09/2026	Taxa Selic	11.604.783	14.236.669	24,77%
Redução ao valor recuperável			0	0	-0,07%
Títulos de renda fixa - privados:			5.450.000	5.906.712	10,09%
CDB	17/04/2025	106% CDI	1.200.000	1.326.663	2,31%
CDB	20/05/2026	94% CDI	1.250.000	3.114.189	5,25%
CDB	23/08/2026	102% CDI	3.000.000	1.465.860	2,53%
Quotas de fundos de investimentos			0	30.110.103	52,47%
Fundos de investimentos – exclusivos			0	30.084.547	52,42%
Fundos de investimentos- não exclusivos			0	25.556	0,04%
Ativo não circulante			759.520	5.579.554	12,75%
Títulos disponível para venda			759.520	5.579.554	12,75%
Títulos de renda variável			759.520	5.579.554	12,75%
Ações de empresas de capital aberto			759.520	5.579.554	12,75%
Total das aplicações			17.814.303	55.833.038	100,00%

06 - Créditos das operações de previdência complementar

a) Representado pelas rubricas e valores, a saber

Descrição	31.12.2025	31.12.2024
Consignações a receber (vincendos em 30 dias)	1.371.389	1.332.573
Contribuições riscos vigentes não recebidos	1.064.049	926.410
(-) Redução ao valor recuperável	(240.512)	(217.638)
Totais	2.194.926	2.041.345

07 - Títulos e créditos a receber

Representadas pelas rubricas e valores, a saber:

a) Títulos e créditos a receber

Representado pelos valores, a saber:

Descrição	31.12.2025	31.12.2024
Aluguéis a receber	13.357	13.357
Totais	13.357	13.357

b) Outros créditos

Representado pelos valores, a saber:

Descrição	31.12.2025	31.12.2024
Adiantamentos a funcionários	56.079	64.907
Adiantamentos administrativos	15.210	13.314
Totais	71.289	78.221

c) Depósitos judiciais e fiscais

Representado pelos valores, a saber:

Descrição	31.12.2025	31.12.2024
Benefícios	156.069	222.212
Totais	156.069	222.212

d) Assistência financeiras a participantes

Descrição	31.12.2025	31.12.2024
Circulante	2.046.262	2.008.535
Garantia de averbação	2.681.992	2.703.736
(-) Receitas a apropriar	(458.560)	(462.963)
(-) Redução ao valor recuperável	(177.170)	(152.238)
Não circulante	1.739.640	1.710.144
Garantia de averbação	2.117.709	2.092.572
(-) Receitas a apropriar	(378.069)	(382.428)
Totais	3.785.902	3.798.679

08 – Investimentos

a) Composição de Imóveis destinados a renda, a saber

Descrição	31.12.2025	31.12.2024
Imóveis destinados à renda	7.040.119	7.487.997
Custo e reavaliação	13.049.952	13.002.951
Imóveis urbanos	3.130.125	3.130.125
<i>Custo de aquisição</i>	2.811.433	2.811.433
<i>Reavaliação</i>	318.692	318.692
Imóveis rurais	9.919.827	9.872.826
<i>Custo de aquisição</i>	2.309.382	2.309.382
<i>Reavaliação</i>	953.618	953.618
<i>Benfeitorias realizadas</i>	6.520.013	6.240.919
<i>Adiantamentos para realização de benfeitorias</i>	136.814	368.907
Depreciação acumulada	(6.009.833)	(5.514.954)
<i>Imóveis urbanos</i>	(1.742.249)	(1.632.627)
<i>Imóveis rurais</i>	(4.267.584)	(3.882.327)

b) Movimentação das contas de imóveis destinados a renda

Descrição	2024	Adições	Baixas	2025
Custo e reavaliação	13.002.951	302.594	(255.593)	13.049.952
Imóveis urbanos	3.130.125	-	-	3.130.125
<i>Custo de aquisição</i>	2.811.433	-	-	2.811.433
<i>Valor reavaliação</i>	318.692	-	-	318.692
Imóveis rurais	9.872.826	302.594	(255.593)	9.919.827
<i>Custo de aquisição</i>	2.309.382	-	-	2.309.382
<i>Valor reavaliação</i>	953.618	-	-	953.618
<i>Benfeitorias realizadas</i>	6.240.919	279.094	-	6.520.013
<i>Adiantamentos para realização de benfeitorias</i>	368.907	23.500	(255.593)	136.814
Depreciação acumulada	(5.514.954)	(494.879)	-	(6.009.833)
<i>Imóveis urbanos</i>	(1.632.627)	(109.622)	-	(1.742.249)
<i>Imóveis rurais</i>	(3.882.327)	(385.257)	-	(4.267.584)
Valor líquido de depreciação	7.487.997	(192.285)	(255.593)	7.040.119
<i>Imóveis urbanos</i>	1.497.498	(109.622)	-	1.387.876
<i>Imóveis rurais</i>	5.990.499	(82.663)	(255.593)	5.652.243

09 – Imobilizado

a) Composição das contas do imobilizado

Descrição	31.12.2025	31.12.2024
Imobilizado	547.038	602.466
Imóveis de uso próprio	418.411	442.084
<i>Imóveis de uso próprio</i>	899.450	899.450
<i>Depreciação acumulada</i>	(481.039)	(457.366)
Bens móveis e outros	128.627	160.382
<i>Bens móveis</i>	967.607	953.390
<i>Outras imobilizações</i>	482.932	482.932
<i>Depreciação acumulada</i>	(1.314.617)	(1.263.434)
<i>Softwares</i>	112.869	106.489
<i>Amortização acumulada</i>	(120.164)	(118.995)

b) Movimentação das contas do imobilizado

Descrição	31.12.2024	Adições	Baixas	31.12.2025
Custo e reavaliação	2.442.261	20.597	-	2.462.858
<i>Imóveis de uso próprio</i>	899.450	-	-	899.450
<i>Bens móveis</i>	953.390	20.597	-	973.987
<i>Softwares</i>	106.489	-	-	106.489
<i>Outras imobilizações</i>	482.932	-	-	482.932
Depreciação e amortização acumulada	(1.839.795)	-	(76.025)	(1.915.820)
<i>Imóveis de uso próprio</i>	(457.366)	-	(236.73)	(481.039)
<i>Bens móveis e outras imobilizações</i>	(1.263.434)	-	(52.352)	(1.315.786)
<i>Softwares</i>	(118.995)	-	-	(118.995)
Valor líquido de depreciação e amortização	602.466	-	(76.025)	547.038
<i>Imóveis de uso próprio</i>	442.084	-	(23.673)	418.411
<i>Bens móveis e outras imobilizações</i>	172.888	20.597	(52.352)	141.133
<i>Softwares</i>	(12.506)	-	-	(12.506)

10 - Contas a pagar

Representadas pelas rubricas e valores, a saber:

dns - Auditoria e Consultoria

Rua Uruguaiana, 10 - Conj. 2006 - Centro - CEP 20050-090 - Rio de Janeiro - RJ - Tel.: (21) 2509-1665 - 99768-5901 - e-mail: dnsauditor@hotmail.com

a) **Obrigações a pagar**

Descrição	31.12.2025	31.12.2024
Obrigações a pagar - fornecedores	77.900	131.558
<i>Prestadores de serviços</i>	77.900	131.561

b) **Impostos e encargos sociais a recolher**

Descrição	31.12.2025	31.12.2024
<i>Imposto de renda retido na fonte</i>	39.134	37.160
<i>Contribuições previdenciárias</i>	85.488	73.689
<i>Contribuições para o FGTS</i>	20.772	16.379
<i>Pis/Cofins/Csll de terceiros</i>	1.447	1.351
Totais	146.841	128.579

c) **Encargos trabalhistas**

Descrição	31.12.2025	31.12.2024
<i>- Férias a pagar</i>	146.719	156.458
Totais	146.719	156.458

d) **Impostos e contribuições**

Descrição	31.12.2025	31.12.2024
<i>- Cofins</i>	23.704	11.513
<i>- Pis</i>	3.852	1.871
Totais	27.556	13.384

11 - **Débitos de operações com previdência complementar**

Saldo representado pelas rubricas "Contribuições a restituir" e "Outros débitos operacionais", nestas reconhecido: (I) Contribuições a restituir a participantes no montante de R\$ 586.714 (R\$ 552.629 em 31.12.2024); e (II) Crédito prestamista no montante de R\$ 205.255 (R\$ 180.539 em 31.12.2024), a serem ressarcidos aos participantes.

12 - **Depósitos de terceiros**

Saldo constituído pela rubrica e valores, a saber:

Descrição	31.12.2025	31.12.2024
<i>Valores a reclassificar – EAPC – De 01 a 30 dias</i>	191.992	64.046
<i>Outros depósitos</i>	638	-
Totais	192.630	64.046

13 - **Provisões técnicas**a) **Composição das provisões técnicas**

Descrição	31.12.2025	31.12.2024
Passivo Circulante	3.070.756	3.697.132
Provisões técnicas	3.070.756	3.697.132
Planos bloqueados	712.677	1.128.429
<i>Provisão de sinistros a liquidar – administrativos</i>	229.089	161.653
<i>Provisão de sinistros ocorridos e não avisados</i>	483.588	966.776
Planos não bloqueados	2.358.079	2.568.703
<i>Provisão de sinistros a liquidar – administrativos</i>	381.739	391.639
<i>Provisão de sinistros a liquidar – judicial</i>	189.337	328.776
<i>Provisão de sinistros ocorridos e não avisados</i>	773.302	958.128
<i>Provisão de resgates e outros valores a regularizar – administrativas</i>	559.845	622.912
<i>Provisão de resgates e outros valores a regularizar – judicial</i>	453.856	267.248
Passivo não circulante	31.12.2025	31.12.2024
Provisões técnicas	4.487.329	4.771.608
Planos bloqueados	37.712	63.699
<i>Provisão de despesas relacionadas</i>	37.712	63.699
Planos não bloqueados	4.449.617	4.707.909
<i>Provisão complementar de cobertura – PCC/PMBC</i>	63.077	113.148
<i>Provisão matemática de benefícios a conceder</i>	3.251.522	3.400.275
<i>Provisão matemática de benefícios concedidos</i>	948.772	991.640
<i>Provisão de despesas relacionadas</i>	186.246	202.846
Total	7.558.085	8.468.740

b) Movimentação das provisões técnicas

	PSL	PCC - PMBC	PMBAC	PMBC	IBNR	PVR	PDR/PDC	TOTAL
Saldo em 31.12.2023	847.501	189.530	3.503.233	973.444	1.763.787	729.802	220.152	8.227.449
Constituições (reversões)	227.412	(76.382)	(350.497)	65.733	161.116	481.585	46.393	555.360
Aviso de sinistro - administrativo	4.135.754	-	-	-	-	-	-	4.135.754
Aviso de sinistro - judicial (nota 17.3)	122.511	-	-	-	-	-	-	122.511
Pagamento de benefícios	(4.559.589)	-	-	(118.768)	-	-	-	(4.678.357)
Atualização monetária	108.480	-	247.539	71.231	-	62.809	-	490.059
Resgates	-	-	-	-	-	(384.036)	-	(384.036)
Saldo em 31.12.2024	882.069	113.148	3.400.275	991.640	1.924.903	890.160	266.545	8.468.740
Constituições (reversões)	136.676	(50.071)	(238.847)	78.178	(668.013)	422.285	(42.588)	(362.380)
Aviso de sinistro - administrativo	3.896.607	-	-	-	-	-	-	3.896.607
Aviso de sinistro - judicial (nota 17.3)	10.271	-	(41.000)	-	-	-	-	(30.729)
Pagamento de benefícios	(4.140.928)	-	-	(136.077)	-	-	-	(4.277.005)
Atualização monetária	15.470	-	131.094	15.031	-	22.614	-	184.209
Resgates	-	-	-	-	-	(321.357)	-	(321.357)
Saldo em 31.12.2025	800.165	63.077	3.251.522	948.772	1.256.890	1.013.702	223.957	7.558.085

PSL – Provisão de sinistros a liquidar; PCC-PMBC – Provisão complementar de cobertura – Provisão matemática de benefícios concedidos; PMBA – Provisão matemática de benefícios a conceder; PMBC – Provisão matemática de benefícios concedidos; IBNR – Provisão de sinistros ocorridos e não avisados; PVR – Provisão para resgates e outros valores a regularizar; e PDR/PDC - Provisão para despesas relacionadas.

c) Ativos vinculados em garantia de provisões técnicas

As Provisões técnicas constituídas em 31 de dezembro de 2025, totalizam R\$ 7.558.085 (R\$ 8.468.740 em 31.12.2024) e encontram-se vinculadas à SUSEP, os seguintes bens e valores, a saber:

Descrição	31.12.2025	31.12.2024
Certificados de depósito bancário	6.782.053	5.906.712
Títulos da dívida pública	16.305.699	14.236.669
Fundos de investimentos financeiros	34.889.132	29.666.802
Ações de Entidades abertas (valor de mercado)	6.403.726	5.103.292
Totais	64.380.610	54.913.475

d) Análise de sensibilidade:

Em conformidade com a Circular SUSEP nº 648/2021 e alterações, foi realizada análise de sensibilidade mediante o recálculo das provisões técnicas sob cenários alternativos, contemplando: (i) redução de 5% na Estrutura a Termo da Taxa de Juros (ETTJ); (ii) alterações nas tábuas biométricas; (iii) variações nas taxas de rotatividade. Considerando que os planos comercializados são predominantemente de pecúlio por morte, o principal fator de risco está associado à mortalidade dos associados. Os testes efetuados, inclusive no âmbito do Teste de Adequação do Passivo (TAP), demonstraram que eventual insuficiência permaneceu concentrada na Provisão Matemática de Benefícios Concedidos (PMBC), não sendo identificadas insuficiências adicionais relevantes nas demais provisões técnicas, tampouco impactos que comprometam o resultado, o patrimônio líquido ou a solvência da Entidade na data-base analisada.

e) Teste de adequação do passivo (TAP)

Foram avaliadas por atuário independente, na data-base de 31 de dezembro de 2025, as obrigações decorrentes dos contratos de previdência complementar aberta, em cumprimento ao disposto na Circular SUSEP nº 648/2021 e alterações posteriores. O teste de adequação de passivos foi realizado com prudência e objetividade, a partir da utilização de métodos estatísticos e atuariais relevantes, aplicáveis e adequados, baseados em dados e informações atualizadas. Para as estimativas de mortalidade adotou-se as tábuas BR-EMS de morte (2021), masculina e feminina. A taxa de juros livre de risco utilizada foi a adotada com base nos parâmetros da curva de referência Cupom IGP-M para o mês de dezembro de 2025 obtidos no site da SUSEP. Para as despesas administrativas foi adotada a taxa obtida aplicando-se o percentual de 29,69% sobre as contribuições, calculada com base nas informações de novembro de 2025. Com relação à rotatividade masculina e feminina foi apurada por plano com base nas estatísticas dos últimos 5 anos. Em decorrência de tais testes foi constituída a PCC-PMBC (tabela abaixo), na modalidade de rendas já concedidas, no valor de R\$ 63.077 em 31/12/2025, sendo que em 31/12/2024 foi R\$ 113.418.

Capitalização	Tipo de Plano	Cobertura	Base Técnica	Tipo de Pagamento	Produtos de Benefício Definido		
					(A) PMBAC Constituída	(B) Valor Presente do Fluxo de Caixa Relacionado a PMBAC	(C) PCC-PMBAC BD
Capitalização	Pecúlio	Morte	CSO58 + IGP-M/FGV + 6%	Único	2.914.819,71	1.528.728,43	1.386.091,28
Capitalização	Pecúlio	Morte	CSO58 + IGP-M/FGV + 3%	Único	336.702,48	(313.399,48)	650.101,96
Capitalização	Renda	Sobrevivência	AT49 M + IGP-M/FGV + 6%	Renda	-	-	-
Total					(D) PMBAC Constituída = R\$ 3.251.522,19	(E) Valor Presente do Fluxo de Caixa = R\$ 1.215.328,96	(F) PCC-PMBAC BD = R\$ 0,00

Regime Financeiro	Tipo de Plano	Cobertura	Base Técnica	Tipo de Renda	Excedente Financeiro na Concessão	Produtos de Benefícios Definido		
						(A) PMBAC Constituída	(B) Valor Presente do Fluxo de Caixa Relacionado a PMBC	(C) PCC-PMBC
Capitalização	Renda	Sobrevivência	AT49 M+IGP-M/FGV+6%	Vitalícia		629.137	723.700	94.563
Capitalização	Renda	Sobrevivência	AT49 M+IGP-M/FGV+6%	Temporária		132.940	130.646	(2.294)
Capitalização	Renda	Sobrevivência	AT49 M+IGP-M/FGV+6%	Certa		186.695	157.503	(29.192)
Totais						(D) PMBAC Constituída = 948.772	(E) Valor Presente do Fluxo de Caixa = 1.011.849	(F) PCC - PMBC = 63.077

TIPO DE PRODUTO	(A) VALOR PRESENTE DO FLUXO DE CAIXA RELACIONADO À PPNG DE PRÊMIOS NÃO REGISTRADOS (SAÍDAS – ENTRADAS)
Previdência	12.202.264,19
TOTAL	(B) VALOR PRESENTE DO FLUXO DE CAIXA = - 12.202.264,19

14 - Outros débitos

a) Composição

Descrição	31.12.2025	31.12.2024
Provisão para riscos fiscais	2.523.974	2.377.344
Totais	2.523.974	2.377.344

b) Provisão para riscos fiscais

A Entidade, com o objetivo de fazer face a possíveis créditos tributários relacionados a tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal, constituiu, de forma conservadora, em dezembro de 2014, Provisão para Riscos Fiscais no montante de R\$ 2.523.974,00, a qual vem sendo atualizada mensalmente pela variação do IGP-M. A referida provisão permanece constituída até a presente data, aguardando a conclusão do respectivo processo administrativo/judicial para eventual reversão ou baixa, conforme o desfecho definitivo da demanda.

c) Provisão para riscos cíveis

Em 31 de dezembro de 2025, os processos cíveis em andamento totalizavam R\$ 627.796 (R\$ 776.038 em 31.12.2024), decorrente da demanda de 07 (sete) processos, segundo os advogados da Entidade a expectativa de perda é classificada como "possível".

d) Passivo judicial atuarial:

A Entidade reconheceu no Passivo circulante, na rubrica: (I) Provisão de sinistros a liquidar, os sinistros a liquidar - judiciais, o montante de R\$ 189.337 (R\$ 328.776 em 31.12.2024), decorrente da demanda de 06 (seis) processos, 06 (seis) processos em 31.12.2024, conforme informações do assessor jurídico externo, classificadas com probabilidade de "perda possível"; e (II) Provisão de resgates e outros valores a regularizar - judicial, os resgates e outros valores a regularizar - judiciais no montante de R\$ 453.856 e (R\$ 267.248 em 31.12.2024) pertinente a demanda de 10 (dez) processos, 04 (quatro) processos em 31.12.2024, conforme informações do assessor jurídico externo, classificadas com probabilidade de "perda possível", (Nota 13.a).

Em 31 de dezembro de 2025, há depósitos judiciais no montante de R\$ 156.069 (R\$ 222.212 em 31.12.2024) registrados no ativo circulante.

15 - Percentuais de custo de aquisição e sinistralidade dos principais planos

a) Custo de aquisição

Descrição	31.12.2025		31.12.2024	
	Valor	%	Valor	%
Custo de aquisição	588.853	100,00%	582.587	100,00%
Despesas de corretagem	83.137	14,12%	71.797	12,32%
Despesas de custeamento de vendas	505.716	85,88%	510.790	87,68%
<i>Despesas de cobrança</i>	<i>230.454</i>	<i>39,14%</i>	<i>228.400</i>	<i>39,20%</i>
<i>Despesas com serviços técnicos</i>	<i>272.400</i>	<i>46,26%</i>	<i>280.900</i>	<i>48,22%</i>
<i>Despesas diversas</i>	<i>2.862</i>	<i>0,49%</i>	<i>1.490</i>	<i>0,26%</i>

b) Sinistralidade

Descrição	31.12.2025		31.12.2024	
	Benefícios pagos	%	Benefícios pagos	%
Sinistralidade	1.260	100,00%	1.362	100,00%
<i>Planos de pecúlio</i>	<i>681</i>	<i>54,05%</i>	<i>742</i>	<i>54,48%</i>
<i>Planos de renda</i>	<i>579</i>	<i>45,95%</i>	<i>620</i>	<i>42,52%</i>

16 - Realização da reserva de reavaliação

Reconheceu-se nos superávits ou déficits acumulados a importância de R\$ 133.295 (R\$ 133.295 em 31.12.2024), decorrentes da realização da reserva de reavaliação em consequência do reconhecimento dos encargos de depreciação incidentes sobre as reavaliações.

17 - Patrimônio líquido ajustado - PLA

O patrimônio líquido ajustado, segundo a Resolução CNSP nº 432/2021, apresenta a seguinte posição:

Descrição	31.12.2025	31.12.2024
Patrimônio líquido	67.279.346	58.409.662
Despesas antecipadas	(12.895)	(14.624)
Imóveis de renda rurais	(5.515.429)	(5.621.593)
Ajustes associados à variação dos valores econômicos	478.840	541.456
Ajuste do excesso de PLA de nível 2 e PLA de nível 3	0	(980.587)
Patrimônio líquido ajustado	62.229.861	52.334.314
PLA nível 1	61.379.516	50.391.122
PLA nível 2	478.840	541.456
PLA nível 3	371.505	2.396.947

18 - Capital mínimo requerido e indicador de solvência

Apresentamos a seguir as informações atuariais relativas aos capitais de risco de crédito, operacional e de subscrição, que demonstram a suficiência do patrimônio líquido ajustado.

Descrição	31.12.2025	31.12.2024
Capital de risco de subscrição	947.987	1.117.849
Capital de risco de crédito	3.481.830	3.023.632
Capital de risco de mercado	8.845.124	7.671.936
Capital de risco operacional	34.729	34.048
Redução da correlação de risco	(2.590.845)	(2.405.065)
Capital de risco (CR)	10.718.825	9.442.400
Descrição	31.12.2025	31.12.2024
Capital mínimo requerido (CMR)	10.718.825	9.442.400
Patrimônio líquido ajustado (PLA)	62.229.861	52.334.314
Suficiência/Insuficiência (PLA-CMR)	51.511.036	42.891.914
Razão % (1-PLA/CMR)	481%	454%

19 - Detalhamento de contas da demonstração do resultado consideradas relevantes

Descrição	31.12.2025	31.12.2024
Custos de aquisição	(588.853)	(582.587)
Despesas de corretagem	(83.137)	(71.797)
Despesas de custeamento de vendas	(505.716)	(510.790)
<i>Despesas com serviços técnicos</i>	<i>(230.454)</i>	<i>(228.400)</i>
<i>Despesas de cobrança</i>	<i>(272.400)</i>	<i>(280.900)</i>
<i>Despesas diversas</i>	<i>(2.862)</i>	<i>(1.490)</i>
Outras receitas e despesas operacionais	(22.874)	(133.454)
Outras receitas operacionais	82.529	46.942
Redução ao valor recuperável - Planos previdência	(105.403)	(180.396)
Despesas administrativas	(8.393.222)	(8.268.503)
Despesas com administração	(915.434)	(852.017)
Despesas com pessoal próprio	(3.225.849)	(3.228.053)
Despesas com serviços de terceiros	(603.875)	(714.978)
Despesas com encargos sociais	(876.044)	(787.760)
Despesas com localização e funcionamento	(973.957)	(965.233)
Despesas com depreciação	(76.025)	(103.676)
Despesas com publicações, publicidade e propaganda	(236.362)	(231.443)
Donativos e contribuições	(1.462.920)	(1.365.189)
Outras despesas administrativas	(22.756)	(20.154)
Despesas com tributos	(565.377)	(454.221)
Impostos federais	(94)	-
Impostos estaduais	(2.217)	(2.117)
Impostos municipais	(72.349)	(72.370)
Contribuições	(309.734)	(203.448)
Taxa fiscalização - Susep	(179.208)	(176.286)
Outros tributos	(1.775)	-
Resultado financeiro	7.333.006	4.501.584
Receitas financeiras:	7.727.583	5.355.251
Receitas com títulos de renda fixa - privados	859.463	593.966
Receitas com títulos de renda fixa - públicos	2.077.786	1.419.130
Receitas com empréstimos a participantes	511.305	460.107
Receitas com fundos de investimentos	4.279.029	2.882.045
Receitas financeiras eventuais	-	3
Despesas financeiras:	(394.577)	(426.969)
Despesas com títulos de renda fixa	(169.363)	(165.015)
Remuneração das provisões técnicas	(109.942)	(490.059)
Redução ao valor recuperável - títulos públicos	(8.756)	-
Despesas com provisão de riscos sobre empréstimos	(35.309)	(37.648)
Outras despesas financeiras	(71.207)	(160.945)
Resultado patrimonial	85.224	107.341
Receitas com dividendos de ações	519.445	515.177
Receitas com imóveis para renda	160.693	167.610
Depreciação de imóveis para renda	(494.878)	(477.847)
Outras	(100.036)	(97.599)

21 - Seguros (não auditado)

A Entidade possui cobertura de seguros contra incêndio de bens do Ativo Investimentos, dos imóveis destinados a renda, e dos bens do Ativo Imobilizado, seguindo orientação da Administração, que considera a natureza e o grau de risco de possíveis sinistros, em montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas.

22 - Eventos subsequentes

A partir de 31 de dezembro de 2025 até a data de emissão do conjunto das demonstrações contábeis inerentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, não chegou ao conhecimento da Administração quaisquer eventos subsequentes que pudessem diretamente afetar e/ou alterar de forma significativa a situação patrimonial, econômica e financeira evidenciadas nas demonstrações contábeis do exercício, ora divulgadas.

Recíproca Assistência

Parecer de publicação de Auditoria Atuarial Independente

Data Base: 31/12/2025

Parecer dos Auditores Atuariais Independentes

Aos Administradores da Recíproca Assistência

Escopo da Auditoria

Examinamos as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, os indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado, e os limites de retenção da **Recíproca Assistência** - “Entidade”, em 31 de dezembro de 2025, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas e orientações da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.

Responsabilidade da Administração

A Administração da Entidade é responsável pelas provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo requerido, indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado, e limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas e orientações da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade da Auditoria Independente

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados, relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria atuarial independente envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras, dos demonstrativos do capital mínimo requerido, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado, e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera que os controles internos da **Recíproca Assistência** são relevantes para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, os indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado, e os limites de retenção da **Recíproca Assistência** em 31 de dezembro de 2025 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pelos órgãos reguladores e pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA.

Outros assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Entidade e utilizadas em nossa auditoria atuarial independente, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante.

Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

Porto Alegre, 27 de fevereiro de 2026.



Assinado de forma digital
por EDER GERSON
AGUIAR DE
OLIVEIRA:39534685020
Dados: 2026.02.27
14:26:42 -03'00'

Eder Gerson Aguiar de Oliveira - Atuário MIBA 630

ATUÁRIA BRASIL Assessoria, Consultoria e Auditoria S/S Ltda - CIBA 0087

CNPJ 06.114.280/0001-45 – Sede Própria: Rua General Câmara nº 236, Conj. 601 – POA/RS

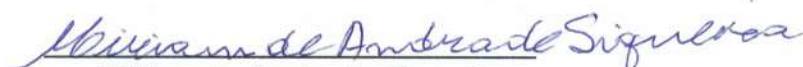
PARECER DO CONSELHO FISCAL

O **Conselho Fiscal da Recíproca Assistência**, no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, após ter examinado o Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as correspondentes Demonstrações do Resultado, do Resultado Abrangente, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa – Método Indireto, referentes ao exercício findo naquela data, e o Parecer do Atuário Independente e o RAI – Relatório do Auditor Independente, é de **PARECER** que as peças examinadas traduzem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Entidade, estando assim em condições de serem submetidas à aprovação desse egrégio Conselho Deliberativo.

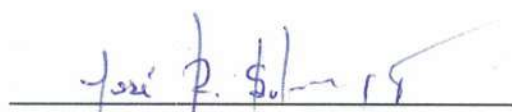
Rio de Janeiro, 27 de fevereiro de 2026.



Celso de Assis Santos



Miriam de Andrade Siqueira



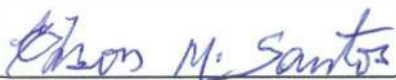
José Rodrigues Salomão

X


RECÍPROCA ASSISTÊNCIA
ASSINATURAS LEGAIS PARA 31-12-2025



JORGE SANTANA QUEIROZ
DIRETOR PRESIDENTE



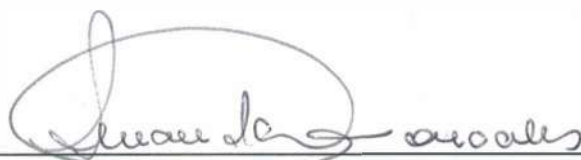
EDSON MANDARINO SANTOS
DIRETOR VICE-PRESIDENTE



MERCIO FRANCISCO FEIJO CALDAS
DIRETOR ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO



JORGE VALLIM GUIMARÃES
DIRETOR DE CONTROLES INTERNOS



AMANDA DE OLIVEIRA GONÇALVES
CONTADORA CRC 128.981/O



HEITOR COELHO BORGES RIGUEIRA
ATUÁRIO
REG MTB 380 - MIBA